

CONTRATO PARTICULAR DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Pelo presente instrumento particular, de um lado:

DENTECK AR CONDICIONADO LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 11.319.557/0001-06, com sede na Rodovia RS 128, nº 1498, Cidade de Teutônia/RS, CEP 95890-000, neste ato representada por seu sócio administrador por seu sócio administrador Jeferson Luis Eckhardt, nos termos da 15ª alteração contratual firmada em 18/03/2022.

E, de outro:

VINICIUS ANTÔNIO DIEDRICH, brasileiro, solteiro, engenheiro eletricitista, inscrito no RG sob o nº 3074749353, no CPF sob o nº 018.139.390-55 e no CREA/RS sob o nº 200.289-D, residente e domiciliado na Rua Pernambuco, nº 357, Bairro São Cristóvão, Cidade de Lajeado/RS, CEP 95.913-212.

Doravante denominados **CONTRATANTE** e **CONTRATADO**, resolvem firmar o presente Contrato de Prestação de Serviços, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços pelo **CONTRATADO** de engenharia elétrica.

1.2 O **CONTRATADO** desenvolverá as atividades estipuladas em horário livre, que melhor lhe convenha, desde que cumpra 04 (quatro) horas diárias, ou seja, 20 (vinte) horas semanais, bem como onde achar relevante, sem qualquer ingerência da **CONTRATANTE**, não havendo qualquer tipo de subordinação à **CONTRATANTE**, não sendo necessário e muito menos obrigatório o comparecimento à sede desta, a não ser que o próprio **CONTRATADO** queira utilizar o espaço para executar o trabalho, para prestar esclarecimentos ou tirar dúvidas acerca do desenvolvimento dos serviços.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

2.1 Pela prestação de serviços a **CONTRATANTE** pagará ao **CONTRATADO** o valor de R\$ 4.848,00 (quatro mil, oitocentos e quarenta e oito reais) mensais, através de transferência bancária, mediante apresentação de recibo.

2.2 Não serão reconhecidos ou devidos reajustes adicionais, salvo os previstos neste contrato;

2.3 Todo e qualquer valor que deixar de ser pago pela **CONTRATANTE**, sem motivo, na respectiva data estipulada, será acrescido de multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor dos serviços, além de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculado desde a data do vencimento até o efetivo pagamento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1 O presente instrumento passa a vigorar a partir da data de sua assinatura e seu prazo é indeterminado.

3.2 Qualquer alteração no prazo informado acima deverá ser formalizada mediante aditivo a este instrumento.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1 Comunicar ao **CONTRATADO**, por escrito e em tempo hábil, quaisquer instruções ou procedimentos a serem por ela adotados relacionados à prestação de serviços objeto do presente instrumento;

4.2 Fornecer ao **CONTRATADO** todas as informações técnicas necessárias ao desenvolvimento dos seus serviços, bem como entregar para a mesma todos os materiais necessários;

4.3 Participar, por meio de seus colaboradores, quando necessário, de reuniões com o **CONTRATADO**, para esclarecimento de dúvidas, redirecionamentos e questões técnicas;

4.4 Efetuar o pagamento dos serviços ao **CONTRATADO** na forma e data pactuados, sob pena de suspensão da prestação de serviços objeto do presente instrumento;

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

5.1 Desenvolver os serviços com integral observância dos dados técnicos e demais informações fornecidas e estabelecidas pela **CONTRATANTE** e com técnica e qualidade asseguradas;

5.2 O **CONTRATADO** se obriga a executar seus serviços com qualificação e habilitação profissional adequada, apresentando boas condições de saúde, capacidade física e mental, nos exatos termos da legislação pertinente, devidamente identificado;

5.3 Refazer os serviços que comprovadamente estejam fora dos padrões estabelecidos e combinados ou em desacordo com as especificações da **CONTRATANTE**, sem ônus para esta;

5.4 O **CONTRATADO** se obriga a cumprir todas as determinações impostas pelas autoridades públicas competentes, referentes ao desenvolvimento de suas atividades;

5.5 O **CONTRATADO** se obriga a utilizar ferramentas, máquinas e equipamentos de segurança necessários à boa execução dos serviços, sobretudo no que se refere aos procedimentos de segurança coletiva e individual, principalmente no tocante a utilização dos Equipamentos de Proteção Individual – EPI's;

5.6 O **CONTRATADO** se responsabiliza pelo custeio integral de sua estadia, alimentação e transporte;

5.7 Fornecer à **CONTRATANTE**, sempre que esta solicitar, todo e qualquer tipo de informação sobre o desenvolvimento dos serviços e participar das reuniões solicitadas pela mesma, em local por ela indicado, de modo que nenhuma decisão ou qualquer providência referente ao desenvolvimento dos serviços venha a ser retardada ou suspensa em função de sua ausência;

5.8 Responsabilizar-se direta e integralmente por quaisquer indenizações, reclamações, condenações, encargos, multas, perdas e danos, reivindicações, queixas e representações, de qualquer natureza, imputadas à **CONTRATANTE** e/ou a terceiros, por ação ou omissão sua, bem como se devidos em decorrência de inobservância ou infração de disposições legais aplicáveis ao desenvolvimento dos serviços, eximindo a **CONTRATANTE** de qualquer responsabilidade neste sentido;

5.9 Por tratar-se de contrato de prestação de serviços, sem relação de emprego entre a **CONTRATANTE** e o **CONTRATADO**, fica este responsável por quaisquer prejuízos que aquela venha a sofrer em decorrência do desenvolvimento de serviços compreendidos no presente instrumento, como despesas judiciais, honorários advocatícios, despesas de natureza trabalhista, previdenciária e/ou fiscal;

5.10 Em relação ao direito de propriedade intelectual, é proibido, sem consentimento expresso da **CONTRATANTE**, a utilização de nome, das marcas de serviço ou registradas desta, ou de seus clientes, para quaisquer fins, de sorte que o uso apenas é permitido no âmbito do desenvolvimento dos serviços previstos neste contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DA INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO TRABALHISTA

6.1 O **CONTRATADO** não se subordinará hierárquica ou funcionalmente à **CONTRATANTE**, inexistindo, conseqüentemente, qualquer vínculo empregatício entre as Partes.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA NÃO CONCORRÊNCIA E DA AUSÊNCIA DE EXCLUSIVIDADE

7.1 O **CONTRATADO** não poderá prestar serviços diretamente aos clientes da **CONTRATANTE**, durante a vigência deste instrumento, bem como pelo período de 02 (dois) ano a contar da data de encerramento ou rescisão do mesmo, sob pena de incidência da multa prevista neste instrumento.

7.2 Ainda, o presente instrumento é firmado sem exclusividade para ambas partes, podendo a **CONTRATANTE** contratar empresas ou terceiros para prestar os mesmos serviços previstos neste contrato, como também o **CONTRATADO** prestar serviços a outras entidades.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONFIDENCIALIDADE

8.1 O **CONTRATADO** se compromete a manter sigilo, tanto escrito como verbal, ou, por qualquer outra forma, de todas as informações confidenciais divulgadas pela **CONTRATANTE**, através de qualquer meio, para o desenvolvimento dos serviços;

8.2 São consideradas informações confidenciais todos e quaisquer documentos, materiais ou informações, divulgados pela **CONTRATANTE** ao **CONTRATADO**, de forma oral, visual, eletrônica ou por escrito, relativas à pesquisa, desenvolvimento, segredos comerciais e operações e assuntos de negócios da **CONTRATANTE**, incluindo, sem limitação, toda e qualquer especificação, protótipo, programa de computador (código fonte e/ou objeto) e todo e qualquer registro, dado, ideia, método, técnica, plano, informação de marketing, demonstração financeira, documento legal e outros dados e informações (em qualquer formato);

8.3 Serão, ainda, consideradas informações confidenciais todas aquelas que assim forem identificadas pela **CONTRATANTE**, por meio de legendas ou quaisquer outras marcações, ou que, devido às circunstâncias da revelação ou à própria natureza da informação, devam ser consideradas confidenciais ou de propriedade desta;

8.4 Em caso de dúvida sobre a confidencialidade de determinada informação, o **CONTRATADO** deverá mantê-la em absoluto sigilo, até que a **CONTRATANTE** se manifeste expressamente a respeito;

8.7 O **CONTRATADO** deverá dispensar às informações confidenciais da **CONTRATANTE** o mesmo zelo e cuidado com que trataria os seus próprios dados e deverá mantê-las em local seguro;

8.8 Em caso de qualquer falha na segurança das informações confidenciais, o **CONTRATADO** deverá comunicar imediatamente à **CONTRATANTE**. No entanto, pronta comunicação do **CONTRATADO** não exclui a sua responsabilização pela falha na proteção das informações confidenciais;

8.9 Na eventualidade do **CONTRATADO** receber intimação para testemunhar ou depor, ou, de outra forma, prestar informações cujo teor implique na divulgação da totalidade ou parte de qualquer das informações confidenciais, ou ser obrigado a divulgar qualquer das informações para o fim de se defender em ação judicial instaurada contra si ou na qual seja parte, este concorda desde já em notificar imediatamente a **CONTRATANTE** da existência dos termos e circunstâncias relativos à intimação ou da necessidade de defesa, conforme o caso, bem como consultar a **CONTRATANTE** a respeito da conveniência de se tomar as medidas legais cabíveis na tentativa de evitar ou de limitar, no todo ou em parte, a divulgação de qualquer das informações confidenciais;

8.10 O **CONTRATADO** se obriga a devolver à **CONTRATANTE** todas as informações confidenciais que lhe foram concedidas com base neste instrumento, sempre que requerido e/ou quando da rescisão do presente, por escrito, sem reter qualquer cópia das mesmas;

8.11 O prazo de vigência do disposto nesta cláusula é indeterminado.

CLÁUSULA NONA – DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

9.1 Considera-se propriedade intelectual todo e qualquer direito de propriedade, co-propriedade, titularidade, licença ou qualquer outro direito de uso ou exploração de todas e quaisquer marcas, patentes, desenhos industriais, modelos de utilidade, metodologias, didáticas, cursos, treinamentos, materiais, know-how, segredos comerciais e industriais, tecnologias não-patenteadas, direitos autorais, materiais didáticos, software, criações, invenções e conhecimento de propriedade de, ou licenciado a, ou desenvolvido por qualquer das partes ou por essas em conjunto;

9.4 Toda e qualquer propriedade intelectual desenvolvida ou reformulada pelo **CONTRATADO** durante a vigência deste contrato, em decorrência de sua execução, será de propriedade única e exclusiva da **CONTRATANTE** e não poderá ser utilizada pelo **CONTRATADO** após o período de vigência deste instrumento;

9.5 Caso qualquer das partes receba reclamação de terceiros ou de alguma autoridade em relação à propriedade intelectual da outra, aquela que recebeu a reclamação deverá notificar imediatamente e por escrito a outra parte sobre tal reclamação, com suficiente antecedência para que a mesma possa adotar as medidas necessárias para defender e proteger seus direitos;

9.6 O prazo de vigência do disposto nesta cláusula é indeterminado.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA CESSÃO E RESPONSABILIDADE

10.1 O **CONTRATADO** não poderá ceder a terceiros seus direitos e obrigações relativos ao presente contrato, no todo ou em parte, sem a prévia e expressa autorização da **CONTRATANTE**, sendo certo

que a cessão autorizada desta não eximirá aquela do exato cumprimento das obrigações aqui assumidas, ficando o **CONTRATADO** responsável por todas as obrigações decorrentes da cessão.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

11.1 O não cumprimento por qualquer das partes de qualquer das condições estabelecidas neste instrumento ou previstas em lei a ele aplicável, independente de ação, notificação e/ou interpelação judicial e/ou extrajudicial, ensejará ao pagamento de multa não compensatória equivalente a 20% (vinte por cento) do restante do valor a ser pago até o fim da vigência do presente instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO

12.1 O presente contrato poderá ser rescindido, de pleno direito, por qualquer das partes, nas seguintes hipóteses:

12.1.1 Acordo mútuo;

12.1.2 Se qualquer uma das partes deixar de cumprir quaisquer cláusulas, especificações ou prazos deste instrumento, desde que notificada a parte não readéque sua conduta dentro do prazo assinalado na referida notificação;

12.1.3 Se qualquer das partes se tornar insolvente ou tiver distribuição de pedido de recuperação extrajudicial, judicial e/ou falência;

12.1.4 Revelação ou utilização de qualquer informação pelo **CONTRATADO** referente ao desenvolvimento dos serviços não autorizada pela **CONTRATANTE**;

12.1.5 Transferência total ou parcial do presente contrato por parte do **CONTRATADO** a terceiros sem prévia e expressa autorização da **CONTRATANTE**.

12.1.6 Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado e que impeça a execução do contrato por mais de 15 (quinze) dias.

12.2 A rescisão do presente contrato de forma imotivada poderá ser requerida a critério de qualquer das partes mediante notificação prévia e por escrito, enviada à outra parte com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

12.3 A rescisão imotivada implicará no pagamento de multa equivalente a 20% (vinte por cento) do restante do valor a ser pago até o fim da vigência do presente instrumento, sem prejuízo de

indenização por perdas e danos, inclusive lucros cessantes, custas processuais e honorários advocatícios de 20% (vinte por cento);

12.4 No caso de rescisão contratual imotivada, apesar da multa acima estipulada, serão devidos ao **CONTRATADO** valores correspondentes aos serviços até então prestados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR

13.1 Nenhuma das partes será responsável perante a outra pelos prejuízos resultantes da inobservância, total ou parcial, das condições dispostas neste instrumento se decorrente de caso fortuito ou força maior, na forma prevista no Código Civil Brasileiro, devendo, neste caso, a parte atingida comunicar o fato imediatamente à outra, informando a ocorrência e a natureza do evento e descrevendo os efeitos danosos causados;

13.2 Constatada a ocorrência de caso fortuito e força maior, ficarão suspensas tanto as obrigações que o **CONTRATADO** ficar impedido de cumprir, quanto a obrigação da **CONTRATANTE** de remunerá-las.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL

14.1 O **CONTRATADO** responderá pela segurança da informação e por qualquer dano ou prejuízo causado à **CONTRATANTE** ou a terceiros, por ação ou omissão sua, em decorrência do desenvolvimento dos serviços previstos neste instrumento, exceto nos eventos de caso fortuito ou força maior devidamente comprovados, conforme definidos na Cláusula Décima Terceira.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS DADOS PESSOAIS

15.1 Em atenção ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados, no que tange a proteção e a segurança de dados pessoais e cadastrais, as partes pactuam o que segue:

15.1.1 Autorizam a manter em um banco de dados para fins de cadastro, pagamento e verificação da legitimidade do representante em assumir as obrigações pela empresa, os dados pessoais dos seus representantes legais, tais como nome, RG, CPF, estado civil, nacionalidade, endereço, telefone.

15.1.2 Autorizam a utilização dos dados pessoais dos seus sócios e representante legal para os seguintes fins:

15.1.2.1 Para consulta nos órgãos de proteção ao crédito;

15.1.2.2 Para a execução do presente contrato ou de procedimentos preliminares relacionados ao

contrato;

15.1.2.3 Em qualquer órgão público para fins de proteger os seus direitos oriundos da relação contratual;

15.1.2.4 Para a proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiro;

15.1.2.5 Quando necessário para atender aos interesses legítimos do controlador ou de terceiro, exceto no caso de prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais.

15.2 Os dados permanecerão nos sistemas das partes pelo tempo que existir a relação ou enquanto perdurar eventual execução contratual, bem como para atendimento de solicitação do poder público;

15.3 Havendo qualquer alteração dos dados pessoais de alguma das partes, aquela que sofreu a mudança comunicará à outra, mediante apresentação de documento comprobatório que legitime a alteração dos dados, autorizando a atualização e manutenção no banco de dados correspondente;

15.4 Adotar as medidas técnicas e organizacionais adequadas para garantir a segurança, sigilo e a confidencialidade dos dados pessoais tratados, de acordo com as melhores práticas de tecnologia e segurança da informação;

15.5 Caso ocorra algum incidente envolvendo dados pessoais, a parte responsável comunicará o ocorrido à outra, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após ter ciência do mesmo, descrevendo, pelo menos, a natureza dos dados pessoais afetados; as informações sobre os titulares envolvidos; as medidas técnicas e de segurança adotadas para a proteção dos dados, observados os segredos comercial e de propriedade intelectual; os riscos relacionados ao incidente; as medidas que foram ou que serão adotadas para reverter ou mitigar os efeitos do prejuízo;

15.6 As partes se comprometem, em relação aos dados pessoais coletados, a:

15.6.1 Não utilizá-los para propósitos outros que não o exercício das atividades previstas neste instrumento;

15.6.2 Não os revelar a terceiros, direta ou indiretamente, através de distribuição de cópias, resumos, compilações, ou outros meios que contenham os dados pessoais;

15.6.3 Restringir o acesso, divulgando-os somente àqueles empregados e profissionais que necessitem sabê-los e na medida necessária à execução de suas tarefas;

15.7 O **CONTRATADO** isentará a **CONTRATANTE** de qualquer demanda administrativa, judicial, ou

extrajudicial relacionada ao descumprimento das obrigações do **CONTRATADO** no que se refere ao tratamento de dados pessoais, cabendo exclusivamente ao **CONTRATADO** ressarcir quaisquer quantias que, por ventura, a **CONTRATANTE** seja obrigada a desembolsar em decorrência de condenações judiciais, sanções administrativas, multas, compensações, juros, danos e prejuízos em geral, relacionados à proteção de dados pessoais, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após ter sido interpelada extrajudicialmente pela **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 Qualquer disposição contida neste contrato que venha a ser declarada ilícita, nula, ou inexecutável ficará sujeita aos limites legais aplicáveis ou será segregada do todo de forma a não afetar a validade ou a executabilidade das demais disposições aqui contidas;

16.2 Quaisquer omissões ou tolerâncias das partes em exigir o estrito cumprimento das obrigações ora contratadas, ou em exercer quaisquer direitos decorrentes deste Contrato, não constituirão novação ou renúncia, nem afetarão o direito de qualquer das partes em exercê-los a qualquer tempo;

16.3 Qualquer alteração neste Contrato e em seus anexos somente se dará mediante aditivo devidamente assinado pelas partes;

16.4 Os casos omissos serão regulados pela legislação em vigor pertinente à natureza da presente avença;

16.5 O presente contrato é firmado em caráter irrevogável e irretratável pelas partes, as quais se comprometem a fielmente cumpri-lo por si, seus herdeiros e sucessores, exceto nos casos explicitamente mencionados neste instrumento;

16.6 As partes, neste ato, concordam que o presente Contrato representa um título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 784, inciso III do Código de Processo Civil Brasileiro;

16.7 As partes concordam que o presente instrumento e todos os atos a ele relacionados, como notificações e aditivos, poderão ser assinados por meio eletrônico. Dessa forma, as partes reconhecem que a contratação por meios eletrônicos é válida e plenamente eficaz, constituindo título executivo extrajudicial para todos os fins de direito, ainda que seja estabelecida com assinatura eletrônica ou certificação fora dos padrões do ICPBrasil, de acordo com o disposto nos parágrafos do artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200/2001.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

17.1 As partes elegem o foro da Comarca de Teutônia/RS como o competente para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes deste contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha ser.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Lajeado, 19 de maio de 2022.

DENTECK AR CONDICIONADO LTDA
CONTRATANTE

VINICIUS ANTÔNIO DIEDRICH
CONTRATADO

Testemunha 1

Nome:

CPF:

Testemunha 2

Nome:

CPF: